



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JULIANNE DE MENÊSES PAIVA**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Uma análise das condições de  
trabalho dos assistentes sociais da rede estadual de ensino de  
Campina Grande-PB**

Campina Grande-PB  
2011

**JULIANNE DE MENÊSES PAIVA**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Adriana Freire Pereira Ferriz

CAMPINA GRANDE – PB  
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – Serviço Social – UEPB

P149s Paiva, Julianne de Menêses.

Serviço social e educação [manuscrito]: uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande-PB / Julianne de Menêses Paiva. – 2011.

28 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profª. Ma. Adriana Freire Pereira Ferriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistente Social. 2. Educação. 3. Projeto Ético-Político. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

JULIANNE DE MENÊSES PAIVA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande-PB**

Aprovado em 17 / 06 / 2011

Nota: 9,5 (noventa e meio)

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Ferriz

Profª Ms. Adriana Freire Pereira Ferriz  
Universidade Estadual da Paraíba  
(Orientadora)

Maria Noalda Ramalho

Maria Noalda Ramalho  
Examinadora

Joselita Alves Brasileiro

Joselita Alves Brasileiro  
Assistente Social Educacional  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Durante anos de faculdade o que prevalece são as inúmeras conquistas durante o longo caminho percorrido e os vários objetivos conquistados. E nada mais justo do que agradecer as pessoas que com as suas peculiaridades me ajudaram a celebrar mais uma vitória.

Ao meu Deus, que me presenteou com o dom da vida, e me faz acreditar que eu sou capaz de ir sempre além, sempre com a certeza de que Deus cuida de mim.

A minha linda família, dádiva de Deus. Ao meu pai Isaias, pelas infinitas e sábias esperas no pátio da universidade; à minha mãe Margarida, pelo carinho e compreensão que só as mães possuem; e aos meus irmãos João Paulo e Giuseppe pelo companheirismo de todas as horas. Sou mais feliz por tê-los em minha vida!

Ao meu tio Irineu, apesar da distância, é uma pessoa que com sua infinita sabedoria está sempre me instigando a aprender cada vez mais.

Em especial ao meu avô, José Reis, que com suas sábias palavras sempre dizia “minha filha, estude e serás respeitada”, e hoje aqui estou!

Ao meu companheiro de estágio, e de sala de aula, Barrabás, pela sua constante companhia e por acreditar que eu seria capaz de concluir mais um curso.

Ao meu amigo fiel que o Serviço Social me presenteou: Humberto. Com você amadureci profissionalmente e hoje estou concluindo o que juntos começamos.

Como agradecer a minha orientadora de todas as horas: Adriana. Uma profissional ímpar. Você que foi cúmplice, amiga, profissional dedicada e constante e me fez acreditar que eu seria capaz de desenvolver todo o meu trabalho, que sonhou junto comigo e juntas estamos realizando. Obrigada pela paciência de sempre!

À Joselita, assistente social, que me acompanhou no campo de estágio, por compartilhar a sua experiência profissional e contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que comigo compartilharam momentos de dúvidas, angústias, vitórias e juntos estamos celebrando mais uma conquista e a certeza de que muitas estão por vir.

Agradecer é um dos sentimentos mais nobres do ser humano.

# **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande-PB**

**Julianne de Meneses Paiva**

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa que procurou colocar em discussão a prática do profissional do serviço social frente à política de educação oferecida pela rede estadual de ensino da Paraíba. O objetivo principal foi analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais educacionais na rede pública estadual de Campina Grande/PB. Para tanto, o instrumento utilizado no levantamento de dados foi à realização de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais, bem como, toda a revisão de literatura necessária para o referencial teórico. O universo da pesquisa contemplou quatro assistentes sociais da rede estadual de ensino, que proporcionaram, com a sua sábia contribuição, o entendimento do papel do serviço social na educação, papel este que deve ser cumprido com toda a ética e incansável luta que faz parte dessa categoria. Portanto, ser assistente social da rede estadual é acreditar que todo o avanço da profissão proporciona um projeto ético-político que deve ser colocado em prática constantemente.

**Palavras-chave:** Assistente Social, Educação, Projeto ético-político.

**ABSTRACT:** This article is the result of a qualitative study that sought to put into discussion the practice of professional social work before a policy of education offered by state schools of Paraíba. The main objective was to analyze the working conditions of social work educational in public state schools in Campina Grande, PB. For this purpose, the instrument used in data collection was the realization of semi-structured interviews with professionals, as well as all the literature review required for the theoretical framework. The research addressed four social workers from state schools, provided that, with his wise contribution, understanding the role of social work educational, a role that must be complied with all ethics and tireless struggle that is part of this category. So be a social worker from the state is to believe that all the advancement of the profession provides an ethical-political project that must be put into practice constantly.

**Keywords:** Social Worker, Education, ethical-political project.

## 1 - INTRODUÇÃO

A educação ocupa um lugar de destaque no processo de expansão capitalista, como uma alavanca poderosa desse processo, pois a educação vem, nos últimos anos, se adequando as demandas de inovações tecnológicas e científicas, no sentido de qualificar a mão de obra para garantir a acumulação capitalista em suas “necessidades”.

Nesse sentido, na atualidade, o assistente social possui uma aproximação teórica e prática com o campo educacional devido a sua função de dimensão educativa. Além disso, os profissionais encontram espaço político-profissional para atuar na área educacional, através de novos campos de que estão se abrindo a este profissional.

A motivação para pesquisar as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na rede estadual de ensino surgiu no campo de estágio supervisionado – Escola Estadual Assis Chateaubriand – no turno noturno, onde ingressei junto com um grupo de alunos, no mês de agosto de 2009, principalmente, a partir da observação da atuação da assistente social, supervisora do campo de estágio e das inúmeras dificuldades elencadas pela mesma no tocante ao desenvolvimento da prática profissional.

Esse momento de aproximação com a prática profissional do assistente social na educação possibilitou ampliar o campo de análise, e ao invés de escolher um tema específico à dinâmica do campo de estágio, optei por pensar a prática dos profissionais do serviço social na educação na rede estadual de ensino.

Para analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais educacionais na rede pública estadual de Campina Grande/PB, procuramos elaborar o perfil dos assistentes sociais educacionais, identificar as principais demandas apresentadas em cada escola e investigar os instrumentos técnico-operativos utilizados pelos profissionais para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

A relevância deste artigo se justifica pelo fato do tema abordado ser um tema que vem se colocando na pauta do dia, uma vez que as políticas sociais como um todo ocuparam um espaço considerável nos últimos anos. Apesar disso, os estudos na área, ainda, são poucos, temos como principais referências teóricas os trabalhos de Almeida (2003) e Piana (2008).

A maioria dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) elaborados a partir dos estágios supervisionados na área de educação trataram de temáticas relacionadas à parte pedagógica (indisciplina escolar, evasão, gestão democrática) ou as problemáticas que suscitam ações do serviço social na escola (violência, cidadania, conselho escolar), mas não fazem uma discussão da atuação do assistente social como um todo, ou seja, das condições de trabalho que os mesmos dispõem para desenvolver um bom trabalho no espaço sócio-educacional em debate. No entanto, nosso trabalho, apresenta-se como uma contribuição na produção do conhecimento no âmbito da relação entre o serviço social e a política de educação. Além de fazer parte de uma proposta maior de discutir as condições de trabalho dos assistentes sociais educacionais em Campina Grande, em todas as esferas (municipal, rede particular de ensino, universidades públicas e rede estadual), realizadas por um grupo de três alunos e por mim, todos os TCCs foram orientados pela professora Adriana Freire Pereira Férriz.

Dessa forma, acreditamos que o presente artigo se insere neste contexto de produção do conhecimento acerca do serviço social na educação e poderá deixar uma contribuição tanto para os alunos-estagiários do curso de Serviço Social da UEPB, quanto para os próprios assistentes sociais educacionais da rede estadual de ensino de Campina Grande/PB, no sentido de possibilitar um debate acerca da prática do assistente social.

O universo da pesquisa contempla os assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande/PB, sendo um total de quatro profissionais, nas seguintes escolas: Escola Estadual de Aplicação, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Assis Chateaubriand, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nenzinha Cunha Lima e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raul Córdula. Os instrumentos utilizados na pesquisa, para identificar o perfil dos entrevistados foram: questionário, entrevista semi-estruturada com os assistentes sociais educacionais e análise documental dos relatórios, panfletos e cartilhas informativas elaboradas pelos assistentes sociais educacionais.

Este artigo encontra-se estruturado em três tópicos.

No tópico 1, *A categoria trabalho e o Serviço Social: um debate e polêmico* tecemos uma discussão do serviço social enquanto trabalho e toda a sua conjuntura

ético-política como profissão, todas as conquistas da categoria e o amadurecimento enquanto profissão devidamente reconhecida.

No tópico 2, *Breve histórico da política educacional e o serviço social na educação*, fizemos um relato sobre o desenvolvimento da educação e como o serviço social está inserido na esfera educacional.

O tópico 3 apresenta *Análise da prática profissional dos Assistentes Sociais nas escolas estaduais de Campina Grande-PB*. Neste tópico será apresentado todo o estudo realizado com os profissionais na área da educação, o que proporcionará a discussão necessária do papel do assistente social nas escolas estaduais de Campina Grande-PB.

Para concluir, relatamos todo o nosso aprendizado junto aos profissionais e as instituições visitadas, como maneira de crescer profissionalmente de acordo com o projeto ético político da profissão.

## **2 – A CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL: um debate polêmico**

*A globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho, compreendendo a questão social e o movimento operário.*

*(Otávio Ianni)*

Antes de adentrarmos na discussão da categoria trabalho no serviço social, achamos necessário fazer uma abordagem do conceito de trabalho para Marx. Segundo o mesmo, o trabalho é o processo em que o homem transforma a natureza no intuito de suprir suas necessidades, e ao transformar a natureza, transforma a si mesmo.

De acordo com Marx, o trabalho é a categoria fundante do homem, e só através do trabalho se consegue a emancipação humana, social e política. As transformações que são vistas no mundo do trabalho são proporcionadas pelo ser humano, que tem a capacidade de suprir as suas necessidades, através do aperfeiçoamento de suas técnicas.

São as mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária (IANNI, 1994). Com o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho o indivíduo vende a sua força de trabalho, passando a gerar para o sistema capitalista a mais-

valia. Esse processo passa a ser o fator determinante para todo o desenvolvimento da sociedade, porque é devido a todo o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho que o sistema passa a se desenvolver, através da exploração do homem pelo homem, para gerar cada vez mais riqueza.

O mundo do trabalho e o conseqüente movimento operário apresentam características mundiais: são desiguais, dispersos pelo mundo, atravessando nações e nacionalidades, implicando diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas (IANNI, 1994).

Nesse contexto de luta de classes surge, no fim do século XIX, a primeira escola de profissionalização de assistente social na Europa, partindo do princípio da racionalização as escolas passam a proceder a uma melhor qualificação dos “agentes da assistência” organizando uma série de cursos intensivos sobre a operacionalização da mesma. A criação das escolas foi de suma importância para a expansão do serviço social como profissão, não cabia mais aos atos de caridade assumir o papel que cabe a um profissional da assistência.

Os primeiros assistentes sociais surgiram no ano de 1899. A origem do serviço social tem suas raízes na racionalização da assistência, implementada pela Sociedade de Organização da Caridade (formada pelo Estado, pela burguesia e pela Igreja), como alternativa burguesa de enfrentamento da questão social<sup>1</sup>. Tais profissionais ocupam seu espaço na divisão sócio-técnico do trabalho com função de executar medidas da política social traçadas pelo Estado para o enfrentamento da questão social, tendo em vista os interesses do capitalismo e a consecução do projeto político de controle social.

Foi no início do século XX que os primeiros profissionais da área foram inseridos no mercado de trabalho. Com o crescimento do número de escolas profissionalizantes ocorreu de forma simultânea à expansão dos profissionais de serviço social, tendo a partir deste momento um melhor suporte metodológico para a prática assistencial, baseado em dados específicos, podendo assim executar um trabalho digno para a população através de triagens e pesquisas realizadas por um profissional realmente qualificado, um assistente social devidamente preparado.

---

<sup>1</sup> “Questão social são as contradições e conflitos advindos do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...] é, portanto indissociável do capitalismo.” (IAMAMOTO, 2001).

O serviço social só se firma como instituição a partir da divisão do trabalho. Quando os profissionais são inseridos no conjunto das relações sociais é que se percebe o verdadeiro significado da profissão (IAMAMOTO, 1998).

A tecnificação da profissão proporciona um desenvolvimento acentuado na relação profissional x cliente, enquanto o primeiro está em busca de uma qualificação necessária para transformar a realidade do indivíduo, para situar o serviço social nas relações entre as classes sociais e o sistema capitalista, o segundo só tem a ganhar já que vai ser acompanhado por um profissional qualificado que busca apaziguar as necessidades dos mais necessitados (IAMAMOTO, 2005).

De acordo com lamamoto (1997) “o serviço social busca deixar de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado”.

O assistente social passa a ser um elo entre as instituições e os interesses das classes subalternas, este profissional não é diretamente solicitado pelas classes em questão. O caminho que o cliente percorre até o profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelas instituições que são alvo da procura do usuário. As instituições dispõem dos serviços sociais mais diversos destinados a atender as necessidades dos usuários. Para que este atendimento seja realizado cabe ao profissional da assistência desempenhar o papel de executor dos serviços proporcionados pela instituição. Como aponta Netto (2001) “o assistente social será o executor terminal de políticas sociais públicas”.

Assim sendo, a ação profissional exige dos profissionais da assistência uma qualificação teórico-crítica e prático-operativa capaz de intervir sobre e nas demandas imediatas e de solidificar alternativas de ações entrelaçadas aos processos macrossociais.

O ponto de partida para análise do Serviço Social é o de que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. (IAMAMOTO, 2001, p.18).

A profissão do serviço social surgiu da contradição entre os interesses das classes menos favorecidas e o sistema capitalista. Esta profissão situa-se no

processo de reprodução das relações sociais e na criação de bases políticas para o exercício do poder de classes. Intervém, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho.

Existem dois grupos distintos que debatem a relação entre trabalho e serviço social, polarizado por Iamamoto e Lessa, vale ressaltar que ambos se apóiam na concepção marxiana de trabalho. Iamamoto defende que serviço social é trabalho porque possui uma matéria prima definida e Lessa diz que não é trabalho por não transformar a natureza em bens tangíveis e necessários para a sobrevivência do ser humano. É isso que vamos discutir mais adiante. Segundo Iamamoto,

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais engrenadas nesse processo (onde se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro) determina novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de racionalidade e eficiência inerentes a sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2005, p. 45).

O assistente social vinculado a organismos privados dedica-se ao planejamento e viabilização dos serviços sociais à população. Nestes organismos o profissional tem que cumprir ordens do sistema capitalista, já que é um empregado do mesmo, e atender as demandas da sociedade. É preciso possuir uma maneira de realizar o trabalho de forma dinâmica e interativa. Como reforça a autora

O trabalho deste profissional é desenvolvido através de triagens, visitas domiciliares e levantamentos sócio-econômicos, mas é a linguagem o recurso básico de trabalho do assistente social. Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo, voltada para mudanças na maneira de ser e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. (IAMAMOTO, 1997, p. 83).

Em algumas situações, o assistente social é visto como um “herói”, que vai solucionar todas as desigualdades. Mas este profissional deve ser visto como um executor de políticas públicas que possui limitações impostas pelo sistema e pelo meio vigentes, mas que é incansável e não se deixa vencer por obstáculos aparentes, busca sempre conquistar seu espaço profissional e requerer os direitos de seus assistidos.

O espaço profissional é muito abrangente, o assistente social pode executar suas idéias em várias esferas. Iamamoto (1997) diz que “não se pode reduzir o espaço profissional a uma prática rotineira e burocratizada, tal como se constata com expressividade nas instituições”. O profissional da assistência tem seu trabalho direcionado para a realização de atividades diversas, como dinâmica de grupo e atividades voltadas para a inserção daquelas pessoas excluídas da sociedade, para o convívio social. As tarefas realizadas pelo assistente social tem como objetivo proporcionar o bem-estar dos “assistidos”, fazer com que estes conheçam seus direitos e lutar para adquiri-los.

O “fator trabalho” adquiriu importância suficiente na sociedade capitalista. É o trabalho que move os interesses, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, porém a redução de custo e as amplas taxas de lucratividade estão afetando diretamente a divisão social como um todo. Estes fatores estão provocando um enxugamento nas empresas, a tercerização dos serviços e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto na esfera pública quanto na privada. Esse processo afeta o conjunto dos trabalhadores inclusive os assistentes sociais que passam a ter postos de trabalho reduzidos e uma precarização absurda das condições de exercer a profissão. Une-se a esse quadro de “desmobilização trabalhista” a política neoliberal, substanciada nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos públicos/privado. Cada vez mais o Estado está submetido aos interesses do grande capital financeiro (IAMAMOTO, 2005).

De acordo com Iamamoto (1998) o serviço social é trabalho por “possuir uma prática fundamentada e uma matéria-prima definida. A prática do assistente social como trabalho é a mediação entre o exercício do serviço social e a prática da sociedade e tem como matéria-prima a questão social”.

Já Lessa diz que o serviço social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários a reprodução social. Para que seja trabalho deve possuir matéria-prima concreta e já que a matéria-prima do serviço social, de acordo com Iamamoto é a questão social, esta profissão não pode ser encarada como trabalho. Esta autora possui uma perspectiva prática da profissão enquanto que Lessa desenvolve uma abordagem teórica da profissão.

Em alguns momentos do debate acerca da relação entre "trabalho" e Serviço Social, temos impressão que os interlocutores estão se referindo a um problema meramente técnico da instrumentalidade do Serviço Social. O problema parece ser

afeito às técnicas e estratégias da ação do assistente social em casos concretos, fortemente marcados pelas suas particularidades.

Nestes momentos tenta-se aplicar ao Serviço Social categorias como matéria-prima, meios de produção, etc. Em alguns outros momentos, tem-se a impressão que o debate está voltado à delimitação da identidade profissional do Serviço Social. De acordo com Lessa (2000) pensar o Serviço Social como trabalho seria uma forma de delimitar sua peculiaridade e, portanto, definir sua identidade, na relação com as outras profissões.

Estas discussões acerca da profissão da dimensão política e da categoria trabalho, no que diz respeito à profissão do serviço social, só tem a acrescentar, tanto na esfera prática quanto na teórica. Os profissionais do Serviço Social devem possuir um preparo teórico e prático condizente com a realidade, as transformações societárias ocorrem a todo instante e estes profissionais devem estar preparados para atuar.

Temos um desafio: procurar perceber a diversidade interna das classes sociais, superando nosso discurso muitas vezes monolítico, reconhecendo as contradições fundamentais e avançando na sua diversidade interna enquanto processo de trabalho universo cultural. (IAMAMOTO, 1997, p. 128).

Estamos vivendo hoje o momento da “sacralização do mercado”. Se olharmos à nossa volta, até o mais banal ato de nossa vida cotidiana está submetido a uma lógica de mercado (MARTINELLI, 1998). O desaparecimento do emprego é um fato notório. O ato de trabalhar existe, mas o emprego, os vínculos empregatícios estão desaparecendo da nossa sociedade. As empresas estão adotando a demissão voluntária, em que um trabalhador cobra do outro a demissão “você tem menos filhos”, “você é mais velho”. A lógica capitalista está transformando as relações entre os homens, à competitividade aumenta cada vez mais.

A nossa profissão, o serviço social, ao contrário de estar em via de extinção, é, mais do que nunca, necessária, sobretudo na perspectiva da interdisciplinaridade, a prática do assistente social, é fundamental na construção de nexos de articulação entre as diferentes práticas sociais. (MARTINELLI, 1998, p. 25).

O profissional do Serviço Social tem que ter consciência de sua postura crítico-política, tem por obrigação acompanhar as inúmeras mudanças que ocorrem

na sociedade. Estamos com uma nova perspectiva de serviço social, em que devemos visualizar o nosso campo de trabalho como um cenário de luta política (MARTINELLI, 1998). São através do desenvolvimento de uma capacidade de ver, nas demandas individuais as dimensões universais, um conjunto de informações que guiadas por uma perspectiva teórico-crítica lhe possibilita apreender as novas faces da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário.

Contudo, o grande desafio que se impõe ao serviço social na contemporaneidade, é justamente, articulado com movimentos democráticos e populares, prosseguir na luta por constituir e consolidar direitos sociais, ético e político para cada indivíduo.

O projeto ético-político do Serviço Social se consolidará a partir do momento que as demandas, seja na esfera pública ou privada, forem atendidas e tratadas de uma maneira verídica. Na educação as demandas fazem parte do cotidiano de toda e qualquer instituição, o profissional do serviço social existe, porém não tem a abertura necessária para realizar seu trabalho da maneira mais eficiente e adequada.

Por isso a necessidade de profissionais que se façam presentes no âmbito educacional, político e social, que sejam capazes de serem agentes transformadores de idéias, que coloquem em prática todo o aprendizado acadêmico para que a vida educacional de cada aluno seja realmente digna de bons aprendizados.

### **3 - BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

*Ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.*

*(Paulo Freire)*

#### **3.1 - A história da política educacional**

Neste tópico, discutiremos o conceito de educação e de que maneira a política de educação brasileira vai sendo constantemente construída. Além disso, discutimos

aspectos relacionados à inserção do assistente social educacional. De acordo com Mészáros,

Educação é um processo de reprodução de um aprendizado e conseqüentemente uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2005, p. 15).

As mudanças sob tais limitações conjunturais são admissíveis apenas com o único objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas. Pode até ajustar as formas através das quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se devem conformar com a regra geral pré-estabelecida da reprodução societária, mas nunca se pode alterar a própria regra geral. (MÉSZÁROS, 2005).

A política educacional brasileira tem seu início no Brasil colônia com a educação jesuíta, educação esta que era voltada para os traços catequéticos e voltada para os ensinamentos religiosos. Estava sendo instituída uma educação puramente religiosa, sem nenhum questionamento, nem imposição e com total desapego aos bens materiais, o importante era o bem-estar espiritual de cada ser humano.

Devido ao desenvolvimento econômico, político e social tanto da sociedade como do Estado, a educação jesuíta foi sendo substituída por uma educação mais incisiva, voltada para os interesses do Estado e não da vida espiritual de cada ser humano. Dentre as várias modificações educacional jesuíta pode citar a implantação das academias militares, das escolas de direito e medicina, da biblioteca real e do Jardim Botânico. Desde a vinda da família real, medidas e transformações educacionais que passavam a atender, também, os interesses do capital e das pessoas que possuíam mais recursos financeiros foram adotadas, para que uma educação mais incisiva fosse praticada.

Todas estas modificações na educação eram voltadas para formar a elite dirigente do país e ainda libertar as atividades produtivas do domínio metropolitano sem alterar a estrutura socioeconômica, apoiada no grande latifúndio e no regime de trabalho escravo. A divisão de classes era latente, uma educação digna e plausível

fazia parte do cotidiano só das pessoas que possuíam um poder aquisitivo considerável. (ALMEIDA, 2003).

Neste período, conviviam dois modelos de educação: o bacharelismo, para formar os filhos dos ricos; e a educação profissional, para os filhos dos pobres, com o intuito de formar exclusivamente mão de obra.

Com todos estes contornos educacionais, em 1889 ocorreu a reforma educacional Benjamin Constant<sup>2</sup>, que teve como princípios a liberdade, a laicidade e a gratuidade da escola primária, já que o número de analfabetos crescia consideravelmente, cerca de 80% eram analfabetos. Com estes princípios definidos procurava-se educar as massas improdutivas, incapacitadas, os operários, enfim, a classe operária que trabalhava constantemente e não tinha nenhum tipo de estímulo educacional.

Diante deste cenário de analfabetismo, a educação ainda não era tratada como um direito de cidadania. Contudo, a classe média assumiu a responsabilidade de iniciar a alfabetização desta classe mediante políticas educacionais e de campanhas de alfabetização.

A alfabetização saiu do convívio filantrópico para os fatos históricos da política educacional. Posteriormente é estabelecido as diretrizes nacionais para os ensinos primário, secundário, superior e técnico-profissional. A partir destas diretrizes a educação passou a ser pensada no seu sentido amplo, no sentido de alfabetizar toda a população, todas as classes e não apenas a classe que detinha o poder financeiro, como reforça Almeida (2007, p. 1):

[...] os tensos contornos dessas disputas sublinham a importância da relação entre política e educação na construção da democracia, sobretudo em função da complexidade que a educação adquire como instância na vida social e o seu significado no curso dos processos políticos que se dão na esfera do Estado e da Sociedade civil em nossa sociedade. [...]

---

<sup>2</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o autor responsável pela Reforma de Instrução Pública de 1890. No ano de 1889, com a Proclamação da República assumiu, por um período curto, o Ministério da Guerra, e, posteriormente, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890, no qual por meio do Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, aprovou o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. Atuou assim, no Governo Provisório republicano liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Benjamin Constant, após uma vida de muitas lutas, com destaque para a educação em seu país, em 22 de Janeiro de 1891, faleceu na cidade do Rio de Janeiro. (NOGUEIRA, 1936).

A educação passou das visões catequéticas para uma conquista universal, o direito de cidadania para todos, ministrada pela família e pelos poderes públicos. Coube à união o planejamento nacional da educação em todos os níveis e ainda fiscalizar e coordenar a execução do planejamento educacional eficiente e que abarcasse a maior quantidade possível de indivíduos, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação, criado em 1932.

Manifesto esse que proporcionou vários avanços educacionais como: ensino primário gratuito para todos, Criação do Conselho Nacional de Educação e de um Plano Nacional de Educação e bolsas de estudos para alunos carentes.

A nova Constituição, de 1934, retoma os preceitos proclamados pelos pioneiros da educação, dentre eles o de que a “educação é direito de todos”. Para alguns historiadores o período que se segue à constituição de 1946 ao início dos anos de 1960, pode ser qualificado como o “período de redemocratização da educação”, com viés desenvolvimentalista. É entre o período de 1930/1960 que ocorre a regulação do setor educação pelo Estado brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988 a educação é assumida como direito de todos, e deve ser tratada como um assunto de primeira instância, já que é através dela que se formam todo e qualquer profissional da nossa sociedade. E é só através dela que conseguimos um desenvolvimento considerável e capaz de transformar o cotidiano do ser humano. Grandes lutas por reformas de base passaram a ganhar força por todo o país, os trabalhadores como um todo se mobilizaram em busca de conhecimento, em busca de direitos educacionais, direitos estes que são primordiais para a construção de qualquer sociedade.

O desenvolvimento educacional acontecia de acordo com o governo vigente, cada governante possuía seu “discurso educacional”, não sabendo boa parte da população, que a educação é um direito primário. As políticas públicas ganharam força e buscavam a centralidade nas temáticas da participação e democratização da esfera pública.

Na década de 1990, mais especificamente em 1996, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 (20/12/1996), a qual define que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

De acordo com o Art.1º da LDB “a educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A LDB estabelece que a educação é um “ direito de todos e dever da família e do Estado” sendo “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Tendo como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988; 1996).

Atualmente, faz parte do nosso sistema educacional às novas tendências da educação como o PROUNI (Programa Universidade para todos), o REUNI (Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o EJA (Educação de Jovens e adultos), os sistema de cotas, a reforma universitária, as políticas avaliativas, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ENADE (Exame Nacional de desempenho dos estudantes) - tendências estas que foram criadas no governo Lula. Além da nova modalidade da educação a distância - um ensino a distância que contempla os estudantes que por vários motivos não podem estar cotidianamente na sala de aula.

É exclusivamente através da educação que se adquire uma visão crítica e apurada de toda e qualquer situação, cabendo a cada cidadão uma busca incessante pela educação de qualidade e que transforme a sociedade, que transforme os aspectos sócios, político e econômico dos cidadãos.

### **3.2 - O Serviço Social na educação**

Inúmeras são as conquistas do serviço social como profissão, desde os tempos de ruptura, nos anos 1970. A visão caritativa foi sendo substituída por uma visão crítica e capaz de modificar o ambiente vigente. Várias são as conquistas dos assistentes sociais, e fazer parte da política educacional e da equipe multidisciplinar do ambiente educacional é mais que uma conquista, é a certeza de que direitos e deveres vão ser respeitados e validados.

[...] a educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características, assim como na agenda intelectual e política de um leque bastante amplo de educadores e cientistas sociais [...] (ALMEIDA, 2007, p.1)

Apesar dessas conquistas a presença do serviço social na educação ainda é escassa e ínfima. O serviço social, como já fora dito, possui uma aproximação teórica e prática com o campo educacional devido a sua função de dimensão educativa, porém, muitos profissionais buscam motivações político profissionais para continuar atuando na área educacional.

De que adianta tantas conquistas se a profissão não é reconhecida na área de educação? Se os profissionais não tem um espaço garantido por lei? Estas ainda são perguntas sem uma resposta adequada, mas apesar de toda a restrição dos assistentes sociais na educação, a luta perdura e só findará quando toda escola possuir um profissional adequado para atender a demanda.

As políticas sociais, em especial, a educação é um campo de interesse teórico, profissional e político para o assistente social. Isso decorre devido à maturidade intelectual que aos poucos está fazendo parte dos ambientes educacionais. Demandas existem, e não são poucas, profissionais também estão à procura destas demandas, então é só juntar o trabalho com a vontade de trabalhar. Vários eventos estão sendo realizados com esta temática da educação, os quais buscam o espaço dos profissionais no campo educacional. A luta por uma sociedade sem injustiças e sem desigualdades sociais é continua.

O serviço social na educação busca uma política educacional estratégica, que apóia a sistematização de experiências e a capacitação dos profissionais que atuam no campo educacional. Existe uma maturidade intelectual por parte do profissional, só falta à maturidade sócio-política dos gestores, maturidade está que pode garantir a inserção dos profissionais do Serviço Social no meio educacional. Meio este que é um dos mais ricos para se trabalhar as políticas públicas, e sem falar nas várias demandas existentes, nos vários alunos que necessitam de uma orientação de cidadania e de exercer deveres e cobrar direitos, até então desconhecidos.

Existe um receio e até uma rejeição por parte dos profissionais da educação em relação à presença do assistente social no seu campo de trabalho, receio este que não deveria fazer parte da realidade de nenhum dos profissionais. As demandas de uma escola são várias, por isso a defesa por uma equipe multidisciplinar, uma

equipe que faça um acompanhamento educacional, político, social e psicológica. Equipe esta que tem profissionais definidos e distribuídos em suas respectivas funções.

Atualmente, percebem que ocorreram avanços legais no âmbito da educação, bem como conquistas da categoria dos assistentes sociais, mas a efetivação e expansão da prática desses profissionais na educação dependem tanto da organização da categoria para entrar pela aprovação do Projeto de Lei 60<sup>3</sup> que garante a inserção desse profissional, quanto da “vontade política” dos gestores públicos no sentido de entender a importância do assistente social no âmbito da educação.

Por isso a importância de toda a pesquisa realizada com os assistentes sociais na rede estadual, para esclarecer as condições de trabalho, as demandas, as limitações e as conquistas destes profissionais na área educacional.

#### **4 – ANÁLISE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPINA GRANDE-PB**

*O professor que pensar certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. (Paulo Freire)*

Foi através das entrevistas com as assistentes sociais da rede estadual de ensino da cidade de Campina Grande-PB, que obtivemos embasamento suficiente para explanar o cotidiano dos profissionais e alunos que fazem parte da rede estadual de ensino, e principalmente expor qual o papel do assistente social neste cenário.

Para facilitar o entendimento de nossa análise, apresentamos uma divisão em cinco eixos: o perfil dos profissionais, as condições de trabalho, as atribuições do serviço social (trabalho em equipe), as demandas e respostas e os instrumentos utilizados. Os profissionais serão identificados por uma seqüência numérica:

---

<sup>3</sup> Não existe nenhuma lei que regulamente a prática do Assistente Social na educação, apenas uma proposta do Projeto de Lei 60 que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

assistente social 1, 2, 3 e 4, buscando preservar a identidade de cada profissional, assim como as suas experiências nas respectivas escolas.

Enfatizando aspectos similares, foram realizadas três pesquisas<sup>4</sup>, também por alunos do curso de Serviço Social da UEPB, uma direcionada as assistentes sociais da rede municipal de ensino, outra com as assistentes sociais da rede privada de ensino e a última com as assistentes sociais que compõem o ensino superior, todas as pesquisas realizadas na cidade de Campina Grande-PB e com o objetivo maior de expor todo o cotidiano, avanços e objetivos dos assistentes sociais na educação.

Ramos (2010) defende em sua pesquisa com os profissionais da rede municipal de ensino:

[...] Um fator que merece relevância a partir dos dados coletados é a falta de integração entre a própria categoria. Ficou notório que precisa ser efetivadas mobilizações, e discussões acerca do tema supracitado, no intuito de fomentar o debate sobre a melhoria das condições de trabalho, bem como em tentar superar a condição de individualismo imposta pelo neoliberalismo, tendo em vista que o assistente social é um profissional portador de uma postura crítica/reflexiva, apto a apreender a problemática e a realidade com as quais lida assumindo um compromisso com a justiça e a democracia. [...] (RAMOS, 2010, p. 58).

Santiago (2010), diz que dentre outras razões, a uma limitação profissional, no sentido que, anteriormente, nos disse ter autonomia na instituição para desenvolver outras atividades e executá-las da maneira que melhor lhe convir. Contudo, o profissional reconhece os instrumentos como sendo apenas formas de aproximação com o público alvo dos seus serviços, deixando-o desprovido de um caráter ético-político e técnico-operativo.

A dificuldade mais latente para a realização desta pesquisa foi à falta de assistentes sociais na rede estadual de ensino. As escolas existem, mas os profissionais, não correspondem ao montante de instituições encontradas.

Neste contexto, foi realizada a coleta de dados junto aos profissionais do serviço social na rede estadual de ensino. Existe em nossa cidade, um total de 55 (cinquenta e cinco) escolas estaduais, destas 55 apenas 4 possuem assistentes

---

<sup>4</sup> Aldeci Ramos – As Condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional do município de Campina Grande-PB; Roberta Kelly Bias - O serviço social na educação da rede particular; Fabiano Santiago - O SS na educação nas universidades públicas.

sociais atuantes. E mesmo assim, todas as profissionais entrevistadas estão com desvio de função, já que nunca houve concurso para assistente social educacional no estado. Ao realizar o primeiro contato junto à direção da escola e posteriormente as profissionais, todas enfatizaram que atuam como assistentes sociais, mas ingressaram no estado com outra função.

O serviço social da UEPB perdeu vários campos de estágio na educação, justamente pela falta do profissional nas instituições, escolas que anteriormente foram campo de estágio hoje não são mais opções. Vários são os motivos da escassez de assistente social: profissionais que se aposentam mudanças de governos, cargos de confiança que possuem prazo de validade, perda do espaço profissional, desinteresse por parte da diretoria das escolas, dificuldades para acessar informações. Motivos estes que nem de perto justificam tamanha falta de profissionais.

**O perfil das profissionais entrevistadas** revela que todas, são do sexo feminino, possuem uma faixa etária entre 40 e 50 anos de idade. O que deixa evidente a questão do serviço social ser tratada como uma profissão eminentemente feminina, devido a toda histórica filantrópica que a profissão foi tratada no seu início. Fato este que gera sempre a discussão de gênero na profissão e deixa evidente que não existe sexo delimitado para a profissão, existe profissional capacitado para exercer suas atividades.

Das profissionais entrevistadas, uma concluiu o curso na década de 1970, uma na década de 1980 e as outras duas na década de 1990, todas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), fato de extrema relevância para a graduação do serviço social. Das quatro entrevistadas apenas um possui pós-graduação, na área da saúde, uma vez que não é oferecida nenhum curso de capacitação em nível de pós graduação na nossa região. Este é um aspecto importante, uma vez que deixa transparecer que nem sempre o profissional busca uma capacitação contínua, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho e não oferece uma formação atualizada e adequada para os assistidos.

Todas possuem mais de dois anos de experiência na política educacional e buscam, incessantemente, lutar por condições de ensino, aprendizagem e uma educação digna para os alunos das instituições pesquisadas. Dessa forma esses profissionais estão em consonância com o que coloca Almeida,

[...] A política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social. [...] (ALMEIDA, 2003, p. 3).

No que diz respeito ao vínculo empregatício, a assistente social 1 é prestadora de serviço, a assistente social 2 e 4 são concursadas da rede estadual, porém aprovadas mediante concurso público para outra função e a assistente social 3 possui um contrato com o Estado. Exceto as assistentes sociais 2 e 4 as demais estão sempre dependendo do governo vigente, para dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas instituições, uma vez que não são concursadas e de acordo com a mudança de governo ocorre também as mudanças no quadro de funcionários. Todas as profissionais estão vinculadas a secretaria de educação e apenas a assistente social 2 possui mais de um vínculo empregatício. Quanto a faixa salarial apenas a assistente social 1 recebe um salário mínimo, as demais recebem até dois salários mínimos.

Quanto ao registro das profissionais no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) a assistente social 1 possui seu registro há dez anos e a assistente social 2 há 18 anos as demais não possuem o referido registro. O registro no CRESS é de fundamental importância, de acordo com o Art. 1º do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais “compete ao Conselho Federal de Serviço Social fiscalizar as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social”. Vale lembrar que o registro no CRESS é um pré-requisito para o exercício da profissão

As assistentes sociais 1 e 2 possuem uma carga horária de 20 horas de trabalho semanal e as assistentes sociais 3 e 4 uma carga horária de 25 a 30 horas.

**As condições de trabalho** apresentadas pelas profissionais são divergentes em alguns aspectos. A assistente social 2 (43 anos) diz que:

[...] A infra-estrutura da escola é boa. Sala disponível para o assistente social e alguns mobiliários. Toda minha existência na escola se trabalhou com insuficiência ou inexistência de alguns recursos. Este ano (2010) a escola foi contemplada pelo Projeto Alvorada com uma sala de recursos de áudios, o que melhorou bastante o nosso cotidiano. [...]

Das quatro escolas visitadas, duas possuem uma realidade de escola bem estruturada, com material de trabalho completo, um planejamento feito entre os professores e os demais profissionais que compõe o corpo docente da escola e as outras duas apresentam condições mínimas de trabalho, recursos escassos e apenas a boa vontade da assistente social para que os alunos tenham o mínimo de acompanhamento.

Como esclarece o Art. 5 do Código de ética profissional dos assistentes sociais, são deveres dos assistentes sociais nas suas relações com o usuário:

[...] contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis a participação do usuário. [...]

Neste aspecto, a teoria divergente e, muito, da prática. A realidade das escolas estaduais, na sua maioria, é de falta de recursos, falta de profissionais capacitados e falta de incentivo para que o aluno busque uma qualificação adequada. Se das 55 escolas existentes apenas 4 possuem o profissional do serviço social para orientar e fazer com que as políticas educacionais sejam respeitadas, que dirá no tocante ao aprendizado destes alunos? São recursos escassos disponibilizados para a rede estadual, e quando são disponibilizados, e trabalhar com recursos escassos gera um ensino precário, alunos desmotivados e profissionais sem condições mínimas de realizar um trabalho adequado.

A escola sempre sofreu com as ações revolucionárias, doutrinárias e salvadoras elaboradas de forma distantes do cotidiano escolar e implantadas sob uma forte tradição autoritária (ALMEIDA, 2003). Recursos mínimos, salvo algumas raríssimas exceções, falta de uma equipe de trabalho multidisciplinar e a evasão escolar, esta é a realidade das escolas estaduais de Campina Grande/PB. Apenas

uma das quatro escolas visitadas possui uma estrutura adequada e profissionais que conseguem desenvolver um plano político pedagógico satisfatório.

De acordo com a Cartilha do Serviço Social na educação, do Conselho Federal de Serviço Social (2001), para o profissional que atuar com o Serviço Social Escolar caberá assumir as **atribuições** que são capazes:

- Pesquisa de natureza sócio econômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente.

Sendo estas as principais funções do serviço social na educação, não está longe da realidade encontrada nas escolas pesquisadas. As profissionais possuem autonomia perante a direção da escola para realizar o trabalho que julgar necessário com os alunos.

[...] As atribuições são definidas por mim e levadas ao conhecimento da direção da escola, onde possuo uma ótima aceitação e um apoio periódico para desenvolver as atividades que julgar necessário. Realizamos reuniões semanais com os representantes de turma, para saber o que cada turma tem a reivindicar, e existe também uma capacitação para estes representantes [...] (Assistente Social 1, 40 anos).

Porém pontuam que não existe uma equipe multidisciplinar completa para que o trabalho seja realizado de uma maneira mais eficiente, atuam na sua maioria individualmente, contando apenas com o apoio da direção da escola e com psicólogas, mas em turnos diferentes.

Indagadas sobre as principais **demandas** que fazem parte do cotidiano de trabalho de cada profissional, as **respostas** foram unânimes “alunos com déficit de aprendizagem e frequência; inexistência da família em relação à participação na escola; evasão escolar; repetência; ausência de motivação por parte dos docentes para enfrentar as dificuldades” (Assistente Social 2, 43 anos).

Com as demandas definidas as assistentes sociais entrevistadas apresentaram respostas bem semelhantes no que diz respeito aos **instrumentos** utilizados: orientação individual com os alunos, palestras, vistas domiciliares, encaminhamentos, mapa do rendimento escolar.

Os instrumentos utilizados na maioria das vezes é a orientação, seguindo os seguintes passos: conhecimento do problema, interação com a família e conclui esclarecendo todas as normas e regulamento da escola. (Assistente Social 3, 40 anos).

A unanimidade de respostas se deve tanto as atribuições do Serviço Social na educação, como também aos poucos recursos disponíveis a estes profissionais. A escola pública, nas ultimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras, sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalho no contexto escolar) com a realidade social, com a finalidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade (CFESS, 2001).

Os poucos profissionais que existem, tem que lidar com os poucos recursos existentes para atender uma demanda de alunos e de suas famílias que cresce a cada ano, alunos que buscam uma educação digna que seja capaz de formá-los para o mercado de trabalho. A política educacional em muito tem a crescer para que as práticas profissionais atendam a demanda existente e seja capaz de formar cidadãos dignos de uma educação realmente contundente.

## **5 - APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**

De acordo os resultados expostos, a política educacional brasileira passou por várias transformações e vem se desenvolvendo a passos lentos, em busca de profissionais que possibilitem um desenvolvimento das práticas educacionais e proporcionem aos estudantes um ensino de qualidade. É nesse cenário desenvolvimentista que está incluído o serviço social, ou podemos dizer que está buscando uma inserção mais incisiva, um espaço que possibilite uma transformação educacional de acordo com todas as práticas do assistente social.

Através das profissionais entrevistadas, observamos que, na sua maioria, não possuem uma especialização mais aprofundada, ou por não existir cursos direcionados para a área educacional ou por não encontrarem estímulos suficientes para aplicar as práticas adquiridas durante a vida acadêmica. Outro fator que merece destaque é a questão de que todas as profissionais que estão na rede estadual possuem desvio de função. Assim sendo, os assistentes sociais não possuem um estímulo adequado e direcionado, exclusivamente, para essa classe de profissionais.

A evasão escolar é um ponto que está presente no cotidiano de todas as escolas estudadas, fator que foi evidenciado por todas as profissionais. Profissionais que buscam, com os poucos instrumentos desenvolver um trabalho que proporcione uma prática educacional mais presente e que traga o aluno de volta para o ambiente escolar.

Portanto, podemos afirmar que o objetivo central de nosso estudo foi alcançado, pois conseguimos mostrar a realidade dos assistentes sociais na rede estadual de ensino em Campina Grande-PB. Assim, as condições de trabalho explicitadas vão demonstrar que os profissionais do serviço social na educação na rede estadual de ensino não encontram capacitação permanente, mesmo assim, buscam com os meios expostos desenvolver um trabalho digno e capaz de transformar a realidade dos sujeitos.

Na rede estadual de Campina Grande-PB, possui a demanda, o espaço e as condições de trabalho (mesmo que mínimas), mas não possui o campo específico para o serviço social, as profissionais entrevistadas deixaram bem claro que estão na rede estadual com desvio de função, já que não possui concurso público para a nossa categoria. Existe a necessidade do profissional do serviço social e existem os profissionais, pois todos os anos se formam um número considerável de assistentes sociais. No entanto, não há vontade política do governo estadual em implementar a prática desse profissional na educação.

Dentre as várias atribuições que o serviço social possui, uma das mais latentes é inserir o indivíduo na realidade social. E não é diferente na rede educacional, o que falta é um espaço direcionado para estes profissionais, um espaço direcionado, exclusivamente, para o serviço social, em que as práticas sejam desenvolvidas e praticadas.

## 6 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. *In: I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação*. Belo Horizonte, 2003.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. *In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001 (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)>. Acesso em: maio 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei 8.662/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: maio 2011.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **XX Encontro Nacional do CFESS-CRESS**. Belo Horizonte, 2001.

IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, p 2-12, jan/mar. 1994.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: do que se trata?. **Temporalis**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 35-58, dez. 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O serviço social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. n. 57, p. 133-147, julho. 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Coleção Mundo do Trabalho. 2 ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Nelson Garcia. **O ideal republicano de Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio Rodrigues e C. 1936.

NOVAIS, Liliâne Capilé Charbel et al. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: 2001

RAMOS, Aldeci. **As condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional no município de Campina Grande – PB**, 2010 (monografia de conclusão do curso de Serviço Social – Universidades Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB.

SANTIAGO, Fabiano. **A prática do Serviço Social educacional e o Serviço Social educacional na prática: uma análise da ação profissional nas universidades públicas de Campina Grande – PB**, 2010 (monografia de conclusão do curso de Serviço Social – Universidades Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Franca, SP: UNESP, 2008, 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

